

Santa Laura S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santa Laura S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Laura S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Laura S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft (“Grupo”), após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pelo Grupo Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de maio de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

SANTA LAURA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.124	4.031	Fornecedores	10	2.394	785
Contas a receber	7	3.264	2.298	Arrendamentos	12	123	144
Tributos a recuperar		195	89	Salários e encargos sociais		148	129
Outros ativos		<u>51</u>	<u>65</u>	Impostos a recolher		17	35
Total do ativo circulante		<u>4.634</u>	<u>6.483</u>	Imposto de renda e contribuição social		139	53
				Dividendos a pagar	14. c)	5.494	3.200
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		<u>339</u>	<u>384</u>
Outros ativos		-	474	Total do passivo circulante		<u>8.654</u>	<u>4.730</u>
Imobilizado	8	37.462	37.009				
Intangível	9	<u>3.943</u>	<u>640</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>41.405</u>	<u>38.123</u>	Provisão para riscos cíveis	18	-	1.267
				Arrendamentos	12	<u>110</u>	<u>216</u>
				Total do passivo não circulante		<u>110</u>	<u>1.483</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14. a)	17.000	25.000
				Reserva de lucros	14. b)	<u>20.275</u>	<u>13.393</u>
				Total do patrimônio líquido		37.275	38.393
TOTAL DO ATIVO		<u>46.039</u>	<u>44.606</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>46.039</u>	<u>44.606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA LAURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA		26.571	20.500
RECEITA LÍQUIDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		<u>75</u>	<u>28</u>
RECEITA LÍQUIDA	15	26.646	20.528
CUSTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	16. a)	(2.328)	(4.661)
LUCRO BRUTO		<u>24.318</u>	<u>15.867</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16. b)	(1.760)	(1.730)
Outras (despesas) receitas		<u>(210)</u>	<u>(7)</u>
		(1.970)	(1.737)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>22.348</u>	<u>14.130</u>
Receitas financeiras		166	429
Despesas financeiras		269	(324)
RESULTADO FINANCEIRO	17	<u>435</u>	<u>105</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		22.783	14.235
Imposto de renda e contribuição social	11	(808)	(760)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.975</u>	<u>13.475</u>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		0,9901	0,5390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA LAURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.975	13.475
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>21.975</u>	<u>13.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA LAURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		25.000	3.043	9.856	-	37.899
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.475	13.475
Destinação para reserva legal		-	674	-	(674)	-
Dividendo mínimo obrigatório	14. c)	-	-	-	(3.200)	(3.200)
Dividendos adicionais destinados	14. c)	-	-	(9.781)	-	(9.781)
Reserva de retenção de lucros		-	-	9.601	(9.601)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		25.000	3.717	9.676	-	38.393
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.975	21.975
Redução de capital		(8.000)	-	-	-	(8.000)
Compensação de reserva legal		-	(317)	317	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	14. c)	-	-	-	(5.494)	(5.494)
Dividendos adicionais destinados	14. c)	-	-	(9.600)	-	(9.600)
Reserva de retenção de lucros		-	-	16.481	(16.481)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		17.000	3.400	16.874	-	37.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA LAURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		22.783	14.235
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Repactuação do risco hidrológico	9	(3.537)	-
Depreciações e amortizações	8 e 9	700	543
Provisão para riscos cíveis	18	(1.267)	302
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8 e 9	374	1
Juros sobre arrendamento		22	7
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(966)	(229)
Impostos a recuperar		(106)	132
Repactuação do risco hidrológico		-	339
Outros ativos		488	(253)
Fornecedores	10	1.609	651
Salários e encargos sociais		1	(145)
Arrendamentos	12	(149)	-
Outros passivos		(45)	5
Imposto de renda e contribuição social pagos		(721)	(948)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		<u>6.386</u>	<u>2.139</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado e intangível	8 e 9	<u>(1.293)</u>	<u>(982)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.293)</u>	<u>(982)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	14. c)	(12.800)	(12.501)
Arrendamentos		-	291
Redução de capital		<u>(8.000)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(20.800)</u>	<u>(12.210)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.907)</u>	<u>1.448</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	4.031	2.583
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.124	4.031
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.907)</u>	<u>1.448</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA LAURA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santa Laura S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de março de 2005, com sede em Florianópolis, Santa Catarina Tem por atividade a exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), denominada PCH Santa Laura, com 15.000 KW de potência instalada, localizada no Rio Chapecozinho entre os municípios de Faxinal do Guedes e Ouro Verde, Estado de Santa Catarina. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica foi obtida em 27 de setembro de 2000 - Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 379, posteriormente transferida efetivamente para a Santa Laura (Resolução Autorizativa nº 423 de 23 de janeiro de 2006), pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Resolução nº 379, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, e/ou ainda não amortizados desde que previamente autorizados, ou ainda poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Consoante aos Despachos nº 3.008 e nº 3.097 da ANEEL, a Companhia obteve autorização para iniciar a sua operação comercial a partir de 1º de outubro de 2007, quando a energia produzida pelas unidades geradoras (duas unidades de 7.500 KW cada) passou a estar disponível ao sistema.

A Licença Ambiental de Operação LAO n.º 1094/2022, emitida pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC), para as atividades da PCH Santa Laura (com potência de 15 MW) (LAO nº 4695/2015), encontra-se vigente até 3 de março de 2026. Para a LAO nº 7290/2018, emitida pelo Instituto De Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC), referente à LT de 69 KV, a validade expira em 23 de agosto de 2022.

Para o ano de 2015, a PCH Santa Laura aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico oferecida pela Medida Provisória (MP) 688 de 18 de agosto de 2015 e Resolução Normativa nº 64 da ANEEL, optando pelo produto SP100, onde a Companhia transfere 100% dos riscos hidrológicos à distribuidora. Em contrapartida, a Companhia assume como obrigação prêmio de seguro anual pela transferência do risco do GSF (ou ainda abre mão do benefício de recebimento de “secundário”, quando há geração excedente do ambiente Mecanismo de Realocação de Energia - MRE).

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.1. Repactuação do Risco Hidrológico (Liminar GSF - “Generation Scalling Factor”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, a Companhia esteve protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria fosse julgada.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

A Administração da Companhia decidiu aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), e renunciando ao direito de novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 3 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20.

A Companhia recebeu a extensão da concessão fundamentada por lei em 1,46 anos, garantindo o novo prazo de concessão para março de 2033 (anteriormente setembro de 2031), conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

1.2. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$4.020 (R\$1.753 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020), sobretudo em decorrência do saldo de dividendos obrigatórios, ao passo que os ativos referentes ao contas a receber correspondem apenas ao fornecimento de energia já incorrido. A Administração da Companhia entende que suas operações gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações e manter a continuidade normal de suas operações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de maio de 2022.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. “Impairment” de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não realiza operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros).

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações financeiras não havia provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Aplicável até 30 de setembro de 2019

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada (vide nota explicativa nº 10).

Aplicável a partir de 1º de outubro de 2019

A partir de 1º de outubro de 2019, a depreciação do ativo imobilizado passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

2.9. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização.

Os intangíveis representados pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação, são amortizados pelo prazo de vigência da licença. Caso os custos ambientais associados à referida licença sejam pagos antes da sua efetiva obtenção, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível.

2.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos. A obrigação de desempenho é atendida quando a energia elétrica é gerada e disponibilizada na rede de transmissão ou distribuição de energia, ocorrendo neste momento a entrega do volume de energia elétrica valorizado pelo valor estabelecido em contrato.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Os riscos cíveis, trabalhistas e tributários passivos são provisionados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, as naturezas das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, ou ainda quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, enquanto as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.16. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL àquela data, a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que eles estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado (substancial revisão da vida útil dos bens) os quais passaram a ser depreciados pela vida útil a partir de julho de 2012.

2.17. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2021:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) - “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. Até o fechamento do exercício, a Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) - “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança). A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.
- CPC 26 (R1) (IAS 1) - “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação.
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório.
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, a Companhia reconhecia a despesa de depreciação com base no método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização.

A partir de outubro de 2019, a Companhia realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2021.

c) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A. sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

b) Risco de crédito

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo que garantem o recebimento dentro de certos limites de geração de energia independente do volume mitigando a exposição a esse risco.

c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.124	4.031
	<u>1.124</u>	<u>4.031</u>
<u>Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>		
Contas a receber	3.264	2.298
Outros ativos	51	539
	<u>3.315</u>	<u>2.837</u>
<u>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>		
Fornecedores	2.394	785
Dividendos a pagar	5.494	3.200
Outros passivos	339	384
	<u>8.227</u>	<u>4.369</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras com liquidez imediata	1.124	4.031
	<u>1.124</u>	<u>4.031</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 99,00% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecimento de energia elétrica	3.201	2.298
Contas a receber partes relacionadas	63	-
	<u>3.264</u>	<u>2.298</u>

O contas a receber de 31 de dezembro de 2021 de R\$3.201 (R\$2.298 em 2020) refere-se ao contrato de venda de energia firmado em 30 de junho de 2004, e aditivos posteriores, com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), observadas, ainda, as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (a) que o contrato terá duração de 20 anos, a partir da data de início das operações da PCH; (b) que a energia contratada é de 105.680 MWh por ano, calculada com base na energia assegurada estabelecida na Resolução da ANEEL nº 65/04; (c) que os preços estabelecidos serão reajustados anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas; e (d) que a Eletrobrás apurará em cada ano o resultado da comercialização no âmbito da CCEE, segundo regras e procedimentos da CCEE, em reais (R\$), sendo que o referido resultado constará do Plano Anual do PROINFA seguinte, o qual será compensado ou cobrado da Companhia pela Eletrobrás no ano seguinte, em 12 parcelas mensais.

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.213	15.422	15.229	426	198	1.272	67	587	36.414
Custo histórico	6.248	30.584	29.954	880	438	2.337	101	587	71.129
Depreciação acumulada	(3.035)	(15.162)	(14.725)	(454)	(240)	(1.065)	(34)	-	(34.715)
Adições	-	-	-	7	1	-	339	636	983
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Transferências custo	-	(9)	226	1	(165)	-	-	(53)	-
Transferências depreciação	-	-	(102)	-	102	-	-	-	-
Depreciação	(3)	(63)	(236)	(9)	(27)	(6)	(43)	-	(387)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.210	15.350	15.117	425	109	1.266	363	1.169	37.009
Custo histórico	6.248	30.575	30.180	888	274	2.337	440	1.169	72.111
Depreciação acumulada	(3.038)	(15.225)	(15.063)	(463)	(165)	(1.071)	(77)	-	(35.102)
Adições	-	-	-	-	-	-	356	937	1.293
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	(440)	(9)	(449)
Baixas depreciação	-	-	-	-	-	-	75	-	75
Transferências custo	-	18	63	-	-	-	-	(81)	-
Transferências depreciação	-	(9)	10	-	-	-	(1)	-	-
Depreciação	(3)	(64)	(247)	(9)	(20)	(6)	(117)	-	(466)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.207	15.295	14.943	416	89	1.260	236	2.016	37.462
Custo histórico	6.248	30.584	30.252	888	274	2.337	356	2.016	72.955
Depreciação acumulada	(3.041)	(15.289)	(15.309)	(472)	(185)	(1.077)	(120)	-	(35.493)
Taxa média depreciação anual %	0,0	0,2	0,8	1,0	9,9	0,3	9,8	-	-

9. INTANGÍVEL

Está representado pelos custos incorridos de compensação ambiental e outros intangíveis cuja movimentação pode ser assim demonstrada:

	Direito de Softwares	Repactuação do risco hidrológico	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	437	-	359	796
Custo histórico	621	-	498	1.119
Amortização acumulada	(184)	-	(139)	(323)
Amortização	(119)	-	(37)	(156)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	318	-	322	640
Custo histórico	621	-	498	1.119
Amortização acumulada	(303)	-	(176)	(479)
Adições (*)	-	3.537	-	3.537
Amortização	(119)	(77)	(38)	(234)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	199	3.460	284	3.943
Custo histórico	621	3.537	498	4.656
Amortização acumulada	(422)	(77)	(214)	(713)
Taxa média amortização anual %	19,2%	8,7%	7,6%	-

(*) As adições representam a aderência às tratativas da repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1. A Companhia reconheceu o direito de extensão da concessão no montante de R\$3.537 no ativo intangível em contrapartida a rubrica de custos operacionais. A amortização desse intangível teve início no momento de seu reconhecimento, de forma linear até o final do prazo estendido da concessão.

10. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores:		
Fornecedores de materiais e serviços	60	227
Partes Relacionadas	2.086	276
Transações no mercado de curto prazo	248	282
	<u>2.394</u>	<u>785</u>

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021 de R\$248 (R\$282 para 2020) se refere ao efeito negativo da apuração dos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) não liquidado. Como a Companhia faz parte do regime do PROINFA, seu cliente - Eletrobrás - arca durante o ano com todo o impacto financeiro do GSF (ou secundário, se efeito positivo), liquidando os valores com a Companhia no ano seguinte do efeito acumulado em 12 parcelas mensais.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Base de cálculo presumido	25.417	20.477	25.417	20.477
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	2.033	1.638	3.050	2.457
Outras receitas	166	429	166	429
Base de Cálculo	2.199	2.067	3.216	2.886
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(550)	(517)	(289)	(260)
Outros efeitos em tributos	6	-	-	-
Dedução adicional IRPJ e outros efeitos	25	17	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(519)</u>	<u>(500)</u>	<u>(289)</u>	<u>(260)</u>

12. ARRENDAMENTOS

A Companhia possui contratos de locação de veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados o escopo da norma (CPC 06 (R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Menos de 1 ano	123	144
Entre 2 e 5 anos	134	261
Total dos pagamentos mínimos	257	405
Encargos financeiros futuros	(24)	(45)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>233</u>	<u>360</u>
Apresentados como:		
Circulante	123	144
Não circulante	110	216

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 8 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	<u>Veículos</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	67
Adições	339
Amortização	<u>(43)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	363
Adições	356
Baixas	(363)
Amortização	<u>(120)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>236</u></u>

13. PARTES RELACIONADAS

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo circulante</u>			
Contas a receber:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	1	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	<u>62</u>	<u>-</u>
		<u><u>63</u></u>	<u><u>-</u></u>
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.		2.041	224
Passos Maia Energética S.A.	(i)	<u>45</u>	<u>52</u>
		<u><u>2.086</u></u>	<u><u>276</u></u>
Dividendos a pagar:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.		5.494	3.200
		<u><u>5.494</u></u>	<u><u>3.200</u></u>
Receita de serviços com partes relacionadas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	11	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	58	-
Moinho S.A.	(i)	5	-
Santa Rosa S.A.	(i)	<u>2</u>	<u>-</u>
		<u><u>76</u></u>	<u><u>-</u></u>
Custo do fornecimento de energia elétrica:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	(515)	(442)
Esmeralda S.A.	(i)	(84)	(35)
Passos Maia Energética S.A.	(i)	<u>(18)</u>	<u>(17)</u>
		<u><u>(617)</u></u>	<u><u>(494)</u></u>

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas gerais e administrativas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(531)	(333)
Moinho S.A.	(ii)	(3)	(18)
Esmeralda S.A.	(ii)	(17)	(78)
		<u>(551)</u>	<u>(429)</u>

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE: (i) serviços de gerenciamento das atividades de operação e compartilhamento de custos administrativos; e (ii) serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 uma vez que sua remuneração é paga pela Statkraft Energias Renováveis S.A. As despesas correspondentes são repassadas à Companhia por meio de compartilhamento de gastos, registrados na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social está representado por 17.000.000 ações ordinárias nominativas (25.000.000 em 31 de dezembro de 2020), no valor de R\$1,00 cada uma, detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 25 de agosto de 2021 a Companhia reduziu o capital no montante de R\$8.000, onde o montante foi convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	21.975	13.475
Constituição da reserva legal	-	(674)
Base de cálculo	<u>21.975</u>	<u>12.801</u>
Dividendo mínimo estatutário - %	25	25
Dividendos propostos	(5.494)	(3.200)
Dividendos adicionais	(9.600)	(9.781)
Total de distribuição de dividendos do exercício	<u>(15.094)</u>	<u>(12.981)</u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	(0,2475)	(0,1280)
Dividendos adicionais - em R\$	(0,4325)	(0,3912)

A movimentação do saldo da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2020	2.720
Pagamentos realizados	(12.501)
Dividendos adicionais aprovados	9.781
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>3.200</u>
Em 31 de dezembro de 2020	3.200
Pagamentos realizados	(12.800)
Dividendos adicionais aprovados	9.600
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>5.494</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>5.494</u>

15. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta da prestação de serviços	76	36
Tributos sobre a prestação de serviços	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>
	<u>75</u>	<u>28</u>
<u>Receita bruta</u>		
Venda de energia elétrica contratada	25.450	20.855
Receita de energia do mercado de curto prazo	2.050	406
PIS sobre a venda de energia elétrica	(166)	(135)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	<u>(763)</u>	<u>(626)</u>
	<u>26.571</u>	<u>20.500</u>
Receita Líquida	<u>26.646</u>	<u>20.528</u>

16. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compra de energia	(2.198)	(1.492)
Repactuação do risco hidrológico*	3.537	-
Depreciação e amortização	(700)	(543)
Serviços tomados de partes relacionadas	(617)	(494)
Seguro regulatório	(971)	(796)
Despesas com pessoal	(618)	(537)
Encargos setoriais	(446)	(420)
Seguros fianças e comissões	(196)	(161)
Serviços de terceiros	(119)	(218)
	<u>(2.328)</u>	<u>(4.661)</u>

* Com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas na nota explicativa 1.1, o Grupo reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica nos montantes de R\$3.537.

b) Despesas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de terceiros	(857)	(987)
Serviços tomados de partes relacionadas	(551)	(429)
Viagens e estadias	(13)	(47)
Propaganda e publicidade	(48)	(32)
Impostos e taxas	(13)	(6)
Aluguel	(35)	(14)
Despesas com pessoal	(168)	(143)
Outros	(75)	(72)
	<u>(1.760)</u>	<u>(1.730)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	165	429
Outras Receitas financeiras	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>166</u>	<u>429</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre contingências	303	(303)
Encargos incorridos sobre arrendamentos	(22)	(7)
Outras despesas financeiras	<u>(12)</u>	<u>(14)</u>
	269	(324)
	<u>435</u>	<u>105</u>

18. PROVISÃO RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis (de natureza cível) e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

O saldo de R\$1.267 em 31 de dezembro de 2020 refere-se integralmente a provisões para riscos cíveis.

A movimentação do saldo de contingências passivas consideradas prováveis pela Administração da Companhia no exercício de 2021 ocorreu em razão da baixa de contingências cíveis, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor</u>
Em 31 de dezembro de 2020	1.267
Adição	-
Utilização	<u>(1.267)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>

Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo iniciou uma investigação interna relacionada a SKER, sendo que que o verificado durante ela foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.
- c) A controladora SKER é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

19. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Conforme exposto na nota explicativa nº 1, em 2015 a Companhia aderiu a MP nº 688/2015, transferindo o risco da volatilidade do MRE para os consumidores, e em troca, pagando um prêmio de seguro regulatório.

b) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 1). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	21.975	13475
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>22.195</u>	<u>25.000</u>
Lucro por ação	<u>0,9901</u>	<u>0,5390</u>

21. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2021, como parte do processo de repactuação do risco hidrológico, a Companhia reconheceu o montante de R\$3.537 como direito de extensão da concessão da usina no ativo intangível, o qual teve como contrapartida a recuperação do custo operacional. A Companhia realizou tal atividade de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022, aprovando a extensão do período de autorização da Companhia em 7,02 anos. De acordo com a referida resolução, o prazo da outorga passou a ser contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, refletindo numa extensão do período total de outorga para as usinas elegíveis, conforme atendimento aos critérios previstos na Lei nº 14.120/21.
